

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

**A QUESTÃO DOS PROCESSOS IDENTITÁRIOS E CURRÍCULO NA EDUCAÇÃO
DO CAMPO**

**Mikael Jurandir da Silva
Valéria Prazeres dos Santos**

Resumo

a pesquisa objetiva compreender o currículo como ferramenta essencial para construção de saberes, fazeres, da compreensão das relações de poder e suas marcações/classificações do que o sujeito ou grupo social é e/ou não é. Esta pesquisa caracteriza-se como de natureza qualitativa associada à pesquisa bibliográfica. O currículo quando construído por viés participativo pode significar a desconstrução de estereotipadas e fortalecer identidades antes marginalizadas.

Palavras-chave: Currículo. Educação do/no Campo. Identidade.

INTRODUÇÃO

Para Pires (2012) não se pode construir o currículo do campo se não for de forma específica para a realidade local, sem a visão decolonial e plural de saberes e de legitimidades, aspectos utópicos majoritariamente encontrados nas escolas.

Cabe salientar, que a pesquisa se justifica pelo fato de que o currículo é uma ferramenta essencial para edificar os saberes, fazeres a relação de pertencimento e problematizações questionadoras sobre identidade e diferença, dominante e dominado, além da compreensão das relações de poder e suas marcações/classificações do que o sujeito ou grupo social é ou não é.

A presente investigação é de natureza qualitativa associada à pesquisa bibliográfica. De acordo Gil (2002, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. O intuito da escolha dessa abordagem foi por viabilizar um contato direto com as pesquisas e reflexões que já foram produzidas por diversos sujeitos da área de abordagem do estudo.

CURRÍCULO E OS PROCESSOS IDENTITÁRIOS NO CAMPO

O currículo é um território que está desvelando as batalhas e resistências pelos distintos sentidos das questões sociais e políticas. Através do currículo que diferentes coligações da sociedade, sobretudo os que detêm o poder hegemônico, ratificam sua concepção e seus planos

VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

sociais (SILVA, 2001) e isso quer dizer que “o currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz” (SILVA, 2001, p. 27).

As identidades sociais e seus processos de formações estão diretamente ligados ao que o currículo produz por meio das representações nas relações de poder e assim é repartido em agrupamentos sociais. A política curricular manifesta aquilo que os grupos dominantes querem e ainda ajuda a ratificá-las em um contexto amplo. Na sala de aula a questão do currículo é também expressada dessa forma hegemônica que ajuda a formar identidades sociais apropriadas para os sujeitos que querem formar (SILVA, 2001). A identidade do sujeito pós-moderno é construída cotidianamente dependendo do momento histórico, das relações sociais, culturais, políticas, educacionais, religiosas etc. Hall (2011) diz que desde o princípio (nascimento) até a nossa morte esses processos de pertencimento ao grupo social sofrem influências internas e externas na sua constituição.

Destarte, a identidade envolta da coligação social camponesa, como qualquer outra identidade, é marcada pela diferença, nesse caso, é entre os processos identitários no campo em conflito com os construídos nas áreas urbanas e impostos para a população do território geográfico rural. Para Woodward (2014) essa marcação e classificação das identidades se estabelecem pelo conjunto de elementos interligados simbolicamente que representa os sujeitos, também através da exclusão social e assim “essas identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2014, p. 8). A valorização da cultura e o fortalecimento dos processos de identificação no campo são importantes porque a não relação de significado de suas raízes históricas, de seus valores e tradições poderia implicar além da concordância do monopólio hegemônico de poder o “[...] o desenvolvimento entre eles dos fenômenos de desprezo por si mesmos. Estes fenômenos são frequentes entre os dominados e são levados à aceitação e à interiorização de uma imagem de si mesmos construída pelos outros”. (CUCHE, 1999, p.184).

Apple (2002) diz que o currículo sempre é a uma seletividade proposta por alguns sujeitos ou grupos, portanto, possuiu intencionalidade (s) parte dos que se consideram superiores na sua construção histórica do conhecimento como verdade e validade. Essa visão de mundo hegemônica de pessoa ou coligações sociais são consequências de embates e

VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA – UESB/UESC JURA 2022

permissões sociopolíticas, socioculturais e econômicas que agrupam e/ou separam as sociedades.

Outro fator determinante que é originário na construção da Educação do Campo e da proposta própria de educação multicultural são os movimentos sociais, pois eles “tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais” (GOHN, 2011, p. 337).

EDUCAÇÃO DO CAMPO: relação dos processos identitários e currículo

Na construção curricular é importante considerar diversos aspectos como: terra e trabalho, território, cultura, história, valores, formação docente, intencionalidade pedagógicas da comunidade, políticas públicas, entre outros, e assim fortalecer as identidades camponesas. Para Arroyo (2011, p. 16), “[...] esses vínculos tão estreitos entre currículo, trabalho e condição docente têm feito do currículo um dos territórios mais disputados seja pelas políticas, diretrizes e normas, seja pelos próprios profissionais do conhecimento”.

Silva (2014) elencou três estratégias pedagógicas/curriculares na construção do currículo para trabalhar as identidades, uma primeira seria “liberal”. Essa estratégia recorre a possibilidade de respeito às diferentes culturas e a diferença do outro. Assim, existe validação nas diversas formas e processos culturais próprios do sujeito e/ou dos grupos e esse multiculturalismo deve ser afirmado no respeito e na tolerabilidade (SILVA, 2014). Também, isso deve ser construído na universalização de que o outro, sua cultura e seus saberes são legitimados pelas relações sociais estabelecidas no campo que se tornam parte constituinte do tipo sujeito social que se ergue nesse território.

Essa estratégia liberal, analisada pelo autor, quando inserida na Educação do/no Campo pode reforçar a ideia do sentimento de ignominioso das relações educativas, culturais, sociais e históricas dos agricultores (as) frente à visão urbanocêntrica introjetadas como viés único de conhecimento, de vida e forma de conceber o mundo. Tolerar a cultura camponesa, mas ainda deixa existir a sensação de inferioridade frente à considerada hegemônica identidade dos sujeitos dos grandes centros urbanos e isso é no mínimo errôneo.

A segunda seria a estratégia de intervenção “terapêutica”. Para Silva (2014) essa proposta se baseia e atribui a não aceitação do outro a problemas psicológicos que se

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

estabelecem pela desinformação e a negativa da diversidade pelo desafeto discriminatório e intolerância a diferença. E para desconstruir a ideia preconcebida e empobrecida sobre a identidade e diferença é preciso “curar” esses “fenômenos mentais” que tem como efeito a hostilidade e aversão ao multiculturalismo. Ainda segundo o autor essa ação preconceituosa sobre o outro não obedece aos padrões comportamentais vigentes minimamente humanísticos e a educação possui responsabilidade, já que isso “[...] é um desvio de conduta, e a pedagogia e o currículo deveriam proporcionar atividades, exercícios e processos de conscientização que permitissem que as estudantes e os estudantes mudassem suas atitudes” (SILVA, 2014, p. 98).

Assim, a estratégia terapêutica consistiria em desenvolver projetos e ações pedagógicas incorporadas nos currículos e nos fazeres cotidianos como “dinâmicas, exercícios corporais, dramatizações são estratégias comuns nesse tipo de abordagem” (SILVA, 2014, p. 98), para que desestimule/elimine os comportamentos hostis aquilo que o outro é ou não é, afim de “consertar” esse desvio psicológico preconceituoso.

Esse posicionamento terapêutico segundo Silva (2014), é possivelmente o que se mais utiliza nas escolas abordando com superficialidade a cultura do outro como se o outro fosse banal e/ou como “alienígena” a sua, e isso não proporcionam as problematizações necessárias para questionar qual sujeito é possuidor do poder de marcar a identidade e a diferença e quais relações de poder implicam nos processos identitários culturais.

Destarte, essa abordagem não resolve os problemas sobre as identidades, pois trata o sujeito e a culturalidade dos sujeitos do campo como estrangeiro, alheio ao conhecido e, assim, robustecendo os estereótipos seculares que perseguem as populações camponesas.

A terceira seria a estratégia pedagógica e curricular com viés pós-estruturalista da produção da identidade. Essa perspectiva possui concepção na diferença como um processo discursivo e linguístico tendo como ponto de origem as discussões políticas sobre a identidade e diferença. Uma abordagem questionadora da forma como se produz identidade e a diferença e quem detém o poder de produzir essas dicotomias (SILVA, 2014). Para o autor, é necessário que se construa o currículo tendo como base primordial uma teoria crítica de quem produz a identidade e diferença para não se tornar uma mera aceitação da culturalidade do outro sem questioná-las profundamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

A escola precisa deixar claro quais os rumos a serem seguidos pela proposta pedagógica das escolas e quais os objetivos a serem alcançados no ambiente escolar para que haja a compreensão das relações sociais que possuem o poder de marcar e classificar as identidades, bem como, na afirmação e valorização sociocultural e socioeducacional dos sujeitos que residem no território geográfico rural. Entretanto, embora a pesquisa ressalte um currículo na visão pós-estruturalista, compreendemos que toda essa discussão deva se alinhar à compreensão de que a identidade campesina, a valorização de seu histórico e luta, das questões pertinentes àquela realidade deve se somar à uma perspectiva maior que é a superação do capitalismo que separa as identidades em superiores e inferiores, melhores e piores. Também, é possível perceber como afirma Silva (2014) que algumas estratégias desenvolvidas nas escolas sobre as identidades estão sendo superficiais, tratando as questões identitárias como aceitável, tolerável e não como questionadora das diferenças. Em outras abordagens podem até estar, como ressalta Silva (2008), criando dicotomias e fortalecendo a sensação de inferioridade dos camponeses.

REFERENCIAS

APPLE, M. W. **A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional?** In: MOREIRA, A. F; SILVA, T. T. (orgs.). Currículo, cultura e sociedade.

Tradução: Maria Aparecida Baptista. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

ARROYO, Miguel Gonzáles. CALDART, Roseli Salette. MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.) **Por uma Educação do Campo**. 5. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CUCHÉ, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999. p. 177.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ªed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Os movimentos sociais na contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. v.16. n.47. maio/agosto. 2011. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acesso em: 23 de dez. de 2020.

PIRES, Angela Monteiro. **Educação do campo como direito humano**. Coleção educação em direitos humanos; v. 4. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org). HALL, Stuart. WOODWORAD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. SILVA,

**VI JORNADA UNIVERSITÁRIA EM DEFESA DA REFORMA
AGRÁRIA – UESB/UESC
JURA 2022**

Tomaz Tadeu da. O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular. 2. ed. Belo Horizonte: Autentica. 2001. 120p.

SOBRE OS AUTORES

Mikael Jurandir da Silva

Especialista em administração escolar, supervisão e orientação, Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI. Coordenador Pedagógico na Secretaria Municipal de Educação de Chorrochó-BA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade (GEPEMDECC). E-mail: mikaeljurandir@hotmail.com

Valéria Prazeres dos Santos

Mestra em Educação, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Coordenadora Pedagógica pela rede estadual da Bahia. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e da Cidade (GEPEMDECC). E-mail: prof.valeriah@gmail.com